

## COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

### ATA NÚMERO 80/XII/2.<sup>a</sup> SL

Aos 11 dias do mês de setembro de 2013, pelas 10:40 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 - Distribuição de iniciativas legislativas;
- 2 - Distribuição de iniciativas europeias;
- 3 - Apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
  - Projeto de Lei n.º 426/XII/2.<sup>a</sup> (PCP) - "Cria um regime especial de declaração de morte presumida em caso de naufrágio de embarcações de pesca" - Relator - Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD);
  - Projeto de Lei n.º 432/XII/2.<sup>a</sup> (PS) - "Aprova o regime de avaliação de impacto de género dos atos normativos" - Relatora - Deputada Maria Paula Cardoso (PSD);
  - Projeto de Lei n.º 437/XII/2.<sup>a</sup> (PSD, CDS-PP) - "Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro, alterada pelas Leis n.º 4/95, de 21 de Fevereiro, 15/96, de 30 de Abril, e 75-A/97, de 22 de Julho, e pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa - SIRP)" - Relator - Deputado Luis Pita Ameixa (PS);
  - Projeto de Lei n.º 438/XII/2.<sup>a</sup> (PSD, CDS-PP) "Primeira alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro (estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e revoga os Decretos-Leis n.ºs 225/85, de 4 de Julho e 254/95, de 30 de Setembro)" - Relator - Deputado Luís Pita Ameixa (PS);
  - Proposta de Lei n.º 160/XII/2.<sup>a</sup> (GOV) - "Cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça" - Relator - Filipe Neto Brandão (PS);
  - Proposta de Lei n.º 161/XII/2.<sup>a</sup> (ALRAA) - "Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores" - Relator - Deputado Ricardo Rodrigues (PS);
  - Proposta de Lei n.º 162/XII/2.<sup>a</sup> (ALRAA) - "Estabelece o Regime do Referendo Regional" - Relator - Deputado Ricardo Rodrigues (PS);
  - Proposta de Lei n.º 164/XII/2.<sup>a</sup> (ALRAA) - "Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de Novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho" - Relator - Deputado Ricardo Rodrigues (PS);
  - Proposta de Lei n.º 165/XII/2.<sup>a</sup> (ALRAA) - "Oitava alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de Novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho" - Relator - Deputado Ricardo Rodrigues (PS);
- 4 - Admissão e distribuição de petições;
- 5 - Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;
- 6 - Apreciação e votação do relatório de atividades da 2.<sup>a</sup> sessão legislativa;

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 80/XII/2.<sup>a</sup> SL**

- 7 - **Apreciação e votação das atas n.ºs 67/XII/2.<sup>a</sup> a 78/XII/2.<sup>a</sup> (correspondentes às reuniões da Comissão de 2 a 30 de julho de 2013);**  
 8 - **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

N.º AUTOR	ASSUNTO	Relator nomeado
<b>Proposta de Lei n.º 169/XII/2.<sup>a</sup></b>	<a href="#">Transpõe a Diretiva n.º 2011/77/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro, relativa ao prazo de proteção do Direito de Autor e de certos Direitos Conexos, e altera o Código do Direito Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março.</a>	<b>Dep. Isabel Alves Moreira (PS)</b>

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que revoga a Decisão 2007/124/CE, Euratom do Conselho <b>[COM(2013)580]</b> , que criou, para o período de 2007 a 2013, no âmbito do "Programa Geral sobre Segurança e Protecção das Liberdades", o programa específico "Prevenção, preparação e gestão das consequências em matéria de terrorismo e outros riscos relacionados com a segurança".	<b>Dep. Paulo Rios de Oliveira (PSD)</b>	<b>2-10-2013</b>
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Quarto Relatório Anual sobre a Imigração e o Asilo (2012) <b>[COM(2013)422]</b> . Esta iniciativa tem associado um documento de trabalho <b>[SWD(2013)210]</b> .	<b>Deliberado não escrutinar</b>	
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza os Estados-Membros a ratificar, no interesse da União Europeia, o Tratado sobre o Comércio de Armas <b>[COM(2013)482]</b> .	<b>Dep. Isabel Oneto (PS)</b>	
RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as atividades da Unidade Central do EURODAC em 2012 <b>[COM(2013)485]</b> .	<b>Dep. Teresa Anjinho (CDS/PP)</b>	

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 80/XII/2.<sup>a</sup> SL**

RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre a aplicação em 2012 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão <b>[COM(2013)515]</b> .	<b>Deliberado não escrutinar</b>	
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão do Acordo entre o Canadá e a União Europeia sobre a transferência e o tratamento dos dados dos registos de identificação dos passageiros <b>[COM(2013)528]</b> .  <i>Obs: distribuída também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i>	<b>Dep. Isabel Moreira (PS)</b>	
Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que institui a Procuradoria Europeia <b>[COM(2013)534]</b> . Esta iniciativa tem ainda associados os seguintes documentos de trabalho: a Avaliação de Impacto [SWD(2013)274] e o Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2013)275]	<b>Dep. João Lobo (PSD)</b>	<b>2-10-2013</b>
Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria a Agência Europeia para a Cooperação Judiciária Penal (Eurojust) <b>[COM(2013)535]</b>	<b>Dep. João Lobo (PSD)</b>	<b>2-10-2013</b>
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Uma melhor proteção dos interesses financeiros da União: criação de uma Procuradoria Europeia e reforma da Eurojust <b>[COM(2013)532]</b> .	<b>Dep. João Lobo (PSD)</b>	
COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Aperfeiçoar a governação do OLAF e reforçar as garantias processuais nos inquéritos - Uma abordagem faseada para o acompanhamento da instituição da Procuradoria Europeia <b>[COM(2013)533]</b> .	<b>Dep. João Lobo (PSD)</b>	

No terceiro ponto da ordem do dia, foram apreciados os pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- Parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 161/XII/2.<sup>a</sup> \(ALRAA\)](#) - "Comissões de Inquérito da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores", que foi apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS),

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 80/XII/2.<sup>a</sup> SL**

- tendo o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) felicitado a Assembleia Legislativa proponente pela apresentação da iniciativa, que tinha por objeto uma das matérias mais importantes para as Assembleias Legislativas, designadamente para a afirmação da sua autonomia, após o que foi aprovado (partes I e III) por unanimidade, na ausência do PEV;
- O Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS) apresentou ainda o seu parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 162/XII/2.<sup>a</sup> \(ALRAA\)](#) - "*Estabelece o Regime do Referendo Regional*", que também foi aprovado (partes I e III) por unanimidade, na ausência do PEV;
  - Parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 164/XII/2.<sup>a</sup> \(ALRAA\)](#) - "*Sétima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de Novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho*"; e sobre a [Proposta de Lei n.º 165/XII/2.<sup>a</sup> \(ALRAA\)](#) - "*Oitava alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na redação que lhe foi conferida pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de Novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho*", também apresentado pelo Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS), na qualidade de Relator da iniciativa, tendo as partes I e III do parecer sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV;
  - Parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 160/XII/2.<sup>a</sup> \(GOV\)](#) - "*Cria a Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça*", que foi apresentado pelo Relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) e que foi aprovado (partes I e III) por unanimidade, na ausência do PEV;
  - Parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 426/XII/2.<sup>a</sup> \(PCP\)](#) - "*Cria um regime especial de declaração de morte presumida em caso de naufrágio de embarcações de pesca*", que foi apresentado pelo respetivo Relator, Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD), tendo a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS)

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 80/XII/2.<sup>a</sup> SL**

- felicitado o Grupo Parlamentar proponente pela apresentação do Projeto de Lei, que dizia respeito a situações dramáticas do ponto de vista dos direitos e do respeito pelas famílias das vítimas, após o que as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV;
- Parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 432/XII/2.<sup>a</sup> \(PS\)](#) - "*Aprova o regime de avaliação de impacto de género dos atos normativos*", que foi apresentado pela Senhora Deputada Maria Paula Cardoso (PSD), tendo sido aprovado (partes I e III) por unanimidade, na ausência do PEV. O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), proponente da iniciativa, cumprimentou a Relatora pelo parecer apresentado, que considerou focar os aspetos principais da iniciativa, a qual tinha como objetivo densificar procedimentalmente a avaliação de impacto de género dos atos normativos. Considerou não procedente a observação constante do parecer acerca da inadequação da forma do [Projeto de Resolução n.º 795/XII](#), que *Altera o regimento da Assembleia da República, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo*, por considerar que a forma de projeto de regimento é inexistente, em face do disposto nos artigos 166.º e 112.º da CRP. O Senhor Presidente recordou que se tratara de forma adotada na aprovação do Regimento de 2007, já merecedor de uma alteração que merecera a mesma forma, e que a questão suscitada fora então debatida no grupo de trabalho da Reforma do Parlamento, que integrava representantes de todos os Grupos Parlamentares, tendo-se chegado à conclusão de que seria admissível. A Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD) discordou da interpretação que o Deputado proponente formulara, arguindo que os preceitos constitucionais invocados não eram exaustivos quanto à forma dos atos, o que permitiria outras normas que criassem outras formas de atos normativos, havendo, designadamente, outras formas de lei criadas fora do quadro do artigo 166.º;
  - Foram, por fim, apreciados os pareceres sobre o [Projeto de Lei n.º 437/XII/2.<sup>a</sup> \(PSD, CDS-PP\)](#) - "*Alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro, alterada pelas Leis n.º 4/95, de 21 de Fevereiro, 15/96, de 30 de Abril, e 75-A/97, de 22 de Julho, e pela Lei Orgânica n.º 4/2004, de 6 de Novembro (Lei-Quadro do*

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 80/XII/2.<sup>a</sup> SL**

*Sistema de Informações da República Portuguesa - SIRP)*" e sobre o [Projeto de Lei n.º 438/XII/2.<sup>a</sup> \(PSD, CDS-PP\)](#) - "*Primeira alteração à Lei n.º 9/2007, de 19 de Fevereiro (estabelece a orgânica do Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) e do Serviço de Informações de Segurança (SIS) e revoga os Decretos-Leis n.os 225/85, de 4 de Julho e 254/95, de 30 de Setembro)*", tendo o respetivo Relator, Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), feito a sua apresentação sucessiva, atento o propósito comum das iniciativas. A Senhora Deputada Teresa Leal Coelho (PSD) cumprimentou o Relator pelos pareceres apresentados, que considerou razoáveis e descritivos, denotando a disponibilidade do PS para debater questões relativas à organização do SIRP. Formulou observações acerca das propostas do relator de consulta, acerca das 2 iniciativas, do Primeiro-Ministro e da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP (em relação a cuja consulta o Senhor Presidente manifestou dúvidas, atenta a matéria objeto das iniciativas – organização dos serviços e não dados do SIRP) e, em particular no que toca ao Projeto de Lei n.º 438/XII, declarou o seu desacordo em relação à forma de lei orgânica que o Relator suscitou como forma adequada para a alteração proposta. Propôs que tais considerações fossem inseridas no espaço relativo à "*opinião do Relator*", sob pena de rejeição por parte do PSD, em caso de sujeição a votação. Após um debate em que intervieram também os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Teresa Anjinho (CDS/PP), João Oliveira (PCP) e Cecília Honório (BE), o Relator incorporou tais considerações, que declarou não pretender retirar, na parte relativa à sua opinião, não as sujeitando a votação. Assim, as partes I e III (excluindo, pois, a parte opinativa) de ambos os pareceres foram aprovadas com votos favoráveis do PSD, PS e CDS/PP e as abstenções do PCP e do BE.

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, foi apreciada a admissibilidade das Petições n.ºs [286/XII](#), da iniciativa de Edmundo Pacheco do Rego, que "*Solicita a revogação da Lei n.º 64/78, de 6 de outubro - "Organizações fascistas"*" e [287/XII](#), da iniciativa de Paulo Jorge Santos Figueiredo, que "*Solicita a anulação dos Despachos n.º 4109/2013 e 4110/2013, de 27 de fevereiro de 2013, do Secretário de Estado Adjunto do*

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ATA NÚMERO 80/XII/2.<sup>a</sup> SL**

*Primeiro-Ministro, de nomeação de técnicos especialistas para o Gabinete daquele membro do Governo*". As petições foram indeferidas liminarmente por unanimidade, com fundamento, respetivamente na alínea c) e na alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º do Regime Jurídico de Exercício do Direito de Petição, aprovado pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto (na redação da Lei n.º 6/93, de 1 de Março, da Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho e da Lei n.º 45/2007, de 24 de Agosto).

No sexto ponto da ordem de trabalhos, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV, [o relatório de atividades da Comissão na 2.<sup>a</sup> sessão legislativa](#).

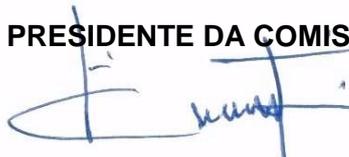
Foram ainda aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, as [atas n.ºs 67/XII/2.<sup>a</sup> a 78/XII/2.<sup>a</sup>](#) (correspondentes às reuniões da Comissão de 2 a 30 de julho de 2013).

O Senhor Presidente deu, por fim, conta à Comissão da sua intenção de agendar as subsequentes reuniões para os dias 16 e 17 de setembro, respetivamente para audição do Dr. Domingos Miguel Soares Farinho (na qualidade de candidato a vogal da Comissão Nacional de Eleições, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º do Regimento da Assembleia da República) e do Dr. Manuel Magalhães e Silva acerca da criminalização do enriquecimento ilícito (a requerimento do Grupo Parlamentar do PCP), a que se seguiria uma reunião ordinária.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 12:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de setembro de 2013

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



(Fernando Negrão)

Nota: Aprovada em 02-10-2013